

**Política**

Belo Horizonte, sexta-feira, 7 de junho de 2013 | 05 |  
HOJE EM DIA



SOLENIIDADE - Ato de implantação da frente parlamentar para aperfeiçoamento do Judiciário, criada a partir de pedido do deputado Arlen Santiago

## Assembleia cria frente para discutir formas de melhorar a Justiça

Deputados atuarão em parceria com a Associação dos Magistrados

**Ana Flávia Gussen**  
agussen@hojeemdia.com.br

A Assembleia Legislativa criou ontem uma frente parlamentar para discutir a elaboração de projetos de lei que possam aperfeiçoar a Justiça mineira. O grupo de deputados tem como primeira missão rediscutir a Lei de Organização e Divisão Judiciárias, que dentre outras atribuições rege sobre a criação de novas comarcas e varas em Minas.

A frente parlamentar tem como parceira a Associação dos Magistrados de Minas (Amagis). Durante o evento, o presidente da entidade, desembargador Herbert

Carneiro, pediu empenho dos deputados para agilizar o aprimoramento da Lei de Organização e Divisão Judiciárias que deve chegar à Casa até o início

do próximo semestre. O magistrado aproveitou para agradecer o empenho dos parlamentares que, de acordo com ele, deram uma tramitação célere a

projetos de interesse do Judiciário protocolados nesse ano.

### PEDIDO

“Faço um apelo aos deputados no sentido de que ouçam nossos juizes e aprovem o projeto que cria novos cargos de assessoramento. Não podemos dizer amém ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que simplesmente engessa o número de assessores”, declarou Carneiro. O magistrado pediu ainda união aos colegas por “prever embaixes durante esse ano no plano nacional”.

O autor do requerimento que criou a frente parlamentar, Arlen Santiago (PTB), colocou como prioridades do grupo discutir a segurança dos juizes e um incremento na estrutura de trabalho dos servidores da Justiça.

“A taxa de congestionamento de processos em Minas é de 70%. Além disso, temos cerca de 300 juizes e servidores ameaçados de morte. É vergonhoso ainda termos que discutir isso”, disparou o petebista, que aproveitou para destacar a ausência de juizes em pelo menos 39 comarcas mineiras.

Ainda não foram nomeados os membros da frente parlamentar que, além de discutir junto à Amagis a votação de projetos de lei, ainda vai atuar fora do âmbito legislativo. •

### SAIBA MAIS

#### Oposição se nega a votar empréstimo

O bloco de oposição na Assembleia Legislativa “Minas Sem Censura” se negou a votar o projeto de lei do Executivo que pede autorização para contratar empréstimo da ordem de R\$1,5 bilhão com instituição internacional.

Com isso, a base não apareceu para votar ontem e os trabalhos no plenário devem ser retomados apenas na próxima terça-feira.

Segundo justificativa do Governo estadual, o empréstimo servirá para abarcar projetos do Plano Plurianual de Ação Governamental.



PEDIDO - Desembargador Herbert Carneiro, presidente da Amagis, fez apelo aos deputados para que eles ouçam os juizes durante os trabalhos

**AGENDA JURÍDICA**

**FRENTE PARLAMENTAR PARA O APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA**  
Assembleia Legislativa e a Associação de Magistrados Mineiros (Amagis) lançam, em 6 de junho, a Frente Parlamentar para o Aperfeiçoamento da



AMAGIS—Herbert Carneiro

Justiça. O objetivo é sistematizar e organizar os diversos projetos em tramitação. "A razão maior da existência do Judiciário é o próprio cidadão" diz o presidente da Amagis, Herbert Carneiro.

ESTADO DE MINAS • TERÇA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2013

CULTURA

**MÁRIO FONTANA**

AMAGIS  
HOMENAGEM EM BH

Quinta-feira, a direção da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) promove em sua sede, no Cruzeiro, homenagem especial aos desembargadores e juizes de Direito que se aposentaram em 2012. Demonstração de que a entidade não se esquece dos que fizeram parte de seus quadros ativos e continuam pertencendo à instituição. Serão 28 os homenageados. No grupo de desembargadores estão Cláudio Costa (ex-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais), Carreira Machado, Vieira de Brito, Reinaldo Portanova e Maurício Barros.

**NOSSO DESTAQUE**  
**JUSTIÇA FEITA**

# Tribunal Federal de MG sai do papel

● PEC promulgada ontem prevê a instalação do TRF também na Bahia, Amazonas e Paraná

**Ana Flávia Gusson**  
agussom@hojemdia.com.br  
**Lucca Figueiredo**  
lfiguei@hojemdia.com.br

O Congresso Nacional promulgou ontem a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 544 que cria quatro tribunais regionais federais no País. Com isso, Minas Gerais, estado que detém 70% dos processos que tramitam na Justiça Federal da 1ª região, terá sua própria estrutura. Também são contemplados os estados do Amazonas, Bahia e Paraná.

Aprovada em abril, a PEC foi promulgada durante viagem do presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL).

O deputado André Vargas (PT-PR) assumiu a presidência do Congresso e colocou a proposta em votação. Parlamentares, representantes da sociedade civil e entidades representativas de Minas Gerais comemoraram a conquista.

O governador Antonio Anastasia (PSDB) se prontificou a ceder um imóvel para o funcionamento do TRF mineiro. Um dos locais cotados é o prédio do extinto Tribunal de Alçada, na região leste da capital. Segundo ele, a promulgação da PEC que cria tribunais regionais é um passo fundamental para desafogar a Justiça Federal.

"A concretização destes novos tribunais contribuirá para uma maior celeridade dos processos distribuídos hoje no país, uma vez que grande parte deles saem dos estados contemplados pela medida. Também facilitará o acesso dos cidadãos à Justiça", disse o governador.

Em Minas Gerais há 23 subseções da Justiça Federal de 1ª instância. Durante a cerimônia do 21 de abril deste ano, em Ouro Preto, Anastasia defendeu a posição junto ao presidente do STF, Joaquim Barbosa. "Argumentei com ele que, na Primeira Região, que tem sede em Brasília e da qual fazemos parte atualmente, mais de 60% das causas são originadas em Minas. Portanto, é mais do que legítima essa aspiração mineira,

que não vem de hoje". O presidente da Assembleia Legislativa, Dinis Pinheiro (PSDB), criticou a postura dos que se posicionaram contrários à criação dos TRFs. "Impedir a promulgação da emenda, como pretendiam alguns, seria um atentado à vontade da maioria dos brasileiros, por seus legítimos representantes no Parlamento, além de um castigo aos milhares de cidadãos que recorrem à Justiça Federal e são obrigados a esperar, muitas vezes, mais de dez anos para serem julgados."

“É mais do que legítima essa aspiração mineira, que, ressalte-se, não vem de hoje”  
Antonio Anastasia governador de Minas Gerais

“A criação desses tribunais, em

**Para o presidente da Associação dos Magistrados de Minas Gerais, Herbert Carneiro, o TRF mineiro “vai agilizar o processo fazendo com que desembargadores mineiros participem do processo”.**

com outros 11 estados. No caso de Minas, a expectativa é a de que um tribunal próprio possa reduzir de dez para dois anos e meio a tramitação dos processos, informou o presidente da Associação dos Juizes Federais em Minas, Wesley Wadim. ●



PEC 544 — Criação de quatro Tribunais Regionais Federais foi aprovada ontem durante sessão do Congresso Nacional

# Quase 90 dias sem respostas

A execução de Rodrigo Neto completa três meses sem uma resposta conclusiva sobre os autores do crime

IPATINGA - Mesmo ante a um anunciado esforço pela chefia da Polícia Civil mineira, além da cobrança de diversas entidades de classe e órgãos públicos, por uma investigação célere, o assassinato do radialista e bacharel em Direito, Rodrigo Neto de Faria, de 38 anos, completa neste domingo, 87 dias sem uma resposta conclusiva sobre os autores da execução. Também, há exatos 50 dias, dois homens em uma motocicleta executaram a tiros o fotógrafo freelancer do jornal "Vale do Aço" e colaborador da Perícia da Polícia Civil, Walgney Carvalho, de 43 anos.

Desde a morte de Rodrigo Neto, ocorrida em 8 de março no bairro Canaã, em Ipatinga, homens do Departamento de Investigação de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) estão no Vale do Aço para apurar a execução, que tem como suspeitos, policiais e outras pessoas que o repórter denunciava em crimes sem punição. A equipe transformou-se em força-tarefa depois que Carvalho foi executado no dia 14 de abril em Coronel Fabriciano. O Ministério Público Federal e Estadual também acompanham o caso.

A possibilidade da relação entre as mortes nunca foi descartada e há suspeita de "queima de arquivo" na morte do fotógrafo. Diferentemente do que chegou a ser publicado pela imprensa estadual, Rodrigo Neto e Walgney Carvalho não trabalhavam juntos, fazendo

apuração de crimes impunes. O contato entre eles era esporádico, em cenas de crimes, mas por sua proximidade com fontes nos bastidores da polícia, acredita-se que Carvalho tenha obtido alguma informação e, por isso, foi assassinado.

O assunto, que chegou a ganhar manchete de jornais do Brasil e do mundo caiu agora no esquecimento, dada a falta de novidades sobre o caso. Um comitê, organizado por jornalistas do Vale do Aço para acompanhar o caso, também silenciou-se.

Sempre que foi questionado sobre o assunto, o delegado-chefe do DHPP, Wagner Pinto, evitou falar em prazos para apresentar os suspeitos da execução de Rodrigo Neto, mas sempre afirmou que o caso seria apurado.

## Federalização

Uma das exigências feitas por entidades quanto aos casos dos profissionais da comunicação mortos no Vale do Aço é a federalização da investigação, que chegou a ser defendida pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário. Na prática, a Polícia Federal nunca entrou no caso. Os crimes contra o repórter e o fotógrafo desencadearam uma crise na segurança pública. O caso ganhou repercussão internacional e elencou o Brasil na lista dos países mais perigosos para a atividade jornalística.

No Índice de Impunidade de 2013 elaborado pelo Co-



Assassinatos de Rodrigo Neto e Walgney Carvalho completam, respectivamente, 87 e 50 dias sem respostas

mitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ), por exemplo, constatou-se que a violência contra a imprensa e a impunidade para estes crimes têm aumentado nos últimos anos no Brasil. Dez jornalistas foram assassinados desde 2010 no país, e não houve condenações em nenhum dos casos. A maioria das vítimas cobria política ou casos de corrupção, e trabalhava fora dos grandes centros urbanos do país.

## Prisões

No mês de maio, um contingente de policiais civis de Belo Horizonte foi enviado à região para o cumprimento de mandados de prisão, busca e apreensão contra pessoas suspeitas de envolvimento em execuções ainda impunes, crimes que

eram denunciados por Rodrigo Neto, principalmente no quadro radiofônico "O que o tempo não apagou". Sete policiais foram detidos - um militar e seis civis. Um médico-legista foi solto por determinação judicial, solicitada pela própria Polícia Civil.

Paralelamente às investigações dos homicídios, a Polícia Civil também mudou as delimitações nas delegacias de Ipatinga. Em abril, a Polícia Civil de Cylton Brandão, o então chefe do departamento da PC, delegado José Mota Matos, e o corregedor Eldeir Na mesma data, Irene Angelica da Guimarães Delegacia Reg-

substituindo Gilberto Simão de Melo.

As mudanças foram apresentadas com a justificativa que era para marcar o começo de uma nova época da PC no Vale do Aço. As prisões, entretanto, eram de policiais citados em crimes antigos, como as chacinas de Revés do Belém, o desaparecimento de adolescentes em Cidade Nova e

Gerais, denunciou, em pronunciamento no plenário, que o Judiciário no Vale do Aço era omissivo em relação aos crimes impunes. Lembrou que um juiz chegou a ser afastado e é investigado pela corregedoria do TJMG por venda de sentenças criminais. Sob forte reação da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o Judiciário rechaçou a acusação de omissão, mas confirmou o afastamento e investigação de um juiz.

Em outro pronunciamento, a Comissão de Direitos Humanos denunciou que um esquema de corrupção na Circunscrição Regional de Trânsito de Ipatinga (Ciretran) pode ter sido a causa do assassinato do repórter Rodrigo Neto, e de Walgney Carvalho. O parlamentar apresentou, à época, dois inquéritos concluídos que mostravam, entre os indiciados, o investigador de polícia, Werley Glécio Furbino, o Ley do Trânsito, que era chefe da Ciretran antes de ser eleito vereador de Ipatinga pelo PSD. O vereador rebateu as acusações de corrupção e disse que Rodrigo Neto era seu amigo.

Na tarde de 21 de maio, Werley já estava afastado das funções para fins de cumprimento do mandato de prisão em Ipatinga, foi o da 1ª DRPC de Ipatinga para a 3ª Delegacia de Polícia do PC em Venda Nova, Delegacia Metropolitana de Belo Horizonte. Na mesma tarde foram removidos outras delegacias mais policiais.

**Vereador**  
Em meados de maio passado, o deputado estadual Durval Ângelo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, denunciou, em pronunciamento no plenário, que o Judiciário no Vale do Aço era omissivo em relação aos crimes impunes. Lembrou que um juiz chegou a ser afastado e é investigado pela corregedoria do TJMG por venda de sentenças criminais. Sob forte reação da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o Judiciário rechaçou a acusação de omissão, mas confirmou o afastamento e investigação de um juiz.

**NOSSO DESTAQUE**  
**O BRASIL PROTESTA**

# As ruas ecoam a voz de todos

● Representantes de vários segmentos concordam com o pleito de manifestantes, mas repudiam a violência



**“Sou totalmente a favor da manifestação para melhorar o país. O povo não está brigando por dinheiro, mas por direito. Todos queremos a melhora do transporte público e o fim da corrupção. É inaceitável que quem cuida da população perca credibilidade roubando quem o elegeu”**

**Serginho,**  
líbero do Sada/Cruzeiro



**“O movimento a que estamos assistindo é o espírito de cada um dos brasileiros. É preciso reivindicar melhorias na saúde, na educação, no transporte público. Eu não fui às ruas, mas se aparecesse um movimento único contra a PEC 37, que é um absurdo, eu iria”**

**Yara Tupinambá**  
artista plástica

**“Não adianta colocar dinheiro na educação. Pode-se até desativar uma bomba, resolver esse mal-estar, mas não adianta. Não há de onde tirar para investir mais. É preciso mexer nas estruturas”**

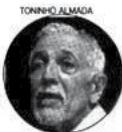
**Cláudio de Moura Castro,**  
economista e pesquisador em educação

**“É preciso que haja um planejamento político e urbano e que se priorize o transporte público. A redução das tarifas de ônibus resolve o problema a curto prazo, mas extingue as possibilidades de se ter um transporte público decente no futuro”**

**Silvestre de Andrade,**  
consultor em transporte e trânsito

**“O povo tem todo o direito de expressar sua indignação e isso é saudável. A última vez que vi um movimento assim foi no impeachment do Collor. Muita gente acha que brasileiro reclama, mas aceita tudo calado. Essas manifestações mostram que a insatisfação chegou ao limite”**

**Gilberto Silva,**  
zagueiro do Atlético



**“O país está sem rumo, é um distúrbio sistêmico que afeta todas as áreas. O grande problema é a visão geral que o governo, as empresas, a mentalidade brasileira de forma geral têm de considerar o meio ambiente, que também está na pauta, de uma forma predatória”**

**Apolo Heringer Lisboa,**  
médico, ambientalista e fundador do Projeto Manuelzão

**Patrícia Santos Dumont**  
pdumont@hojeemdia.com.br

A série de protestos populares por todo o Brasil na última semana provoca a reação de todos os segmentos da sociedade. De esportistas a empresários, ninguém fica alheio às demandas expostas pelos manifestantes. Nem mesmo o rastro de destruição deixado por bandidos infiltrados tira a legitimidade do movimento.

Para o professor do Departamento de História da UFMG Rodrigo Patto Sá Motta, o movimento pode ser considerado como o mais significativo já vivido pelos brasileiros.

“E o mais fascinante de tudo isso é perceber que os atos surgiram espontaneamente, sem vínculo político e partidário. De certa forma, é um movimento muito mais autêntico do que foi o “Diretas, Já”, por exemplo. A essa altura, mobilizou um número pelo menos três vezes maior do que os da aquela época”, afirma.

Patto defende, no entanto, uma organização sistêmica do movimento. “A eficácia política para as demandas levantadas seria muito maior se houvesse uma liderança”, argumenta.

Representantes de vários setores ouvidos pelo Hoje em Dia referendam os gritos que vêm das ruas, mas lamentam os episódios de violência registrados nos últimos dias. ●

Representantes de vários setores ouvidos pelo Hoje em Dia referendam os gritos que vêm das ruas, mas lamentam os episódios de violência registrados nos últimos dias. ●

**“As manifestações são um exercício natural da democracia. A verdade é que uma mobilização como essa não ocorria há 22 anos, quando houve a movimentação pró-impeachment do presidente Collor. Para a grande maioria dos jovens, essa é a primeira oportunidade de se manifestar publicamente”.**

**Gustavo do Vale**  
presidente da Infraero

**“Sou a favor da manifestação, mas não concordo com vandalismo e quebra-quebra. Acredito que a população”**



**“Para mim, o movimento é superlegítimo, mas chegou atrasado. Não acredito que a mudança acontecerá apenas com cartazes pedindo paz. Os “donos da cidade” têm que ser “agredidos” para devolver o que é do povo. Infelizmente, não tem outro caminho. Meu protesto é a favor de uma grande reforma política”**

**Maurício Tizumba,**  
músico

**“A AC Minas reconhece a legitimidade dos protestos. Finalmente a sociedade expressa sua insatisfação com o sistema, trazendo à tona problemas que vão além dos R\$ 0,20. Apoiamos o movimento e esperamos que as minorias que vandalizam sejam vistas como não participantes das manifestações, que são bonitas e pacíficas”**

**Roberto Luciano Fagundes,**  
presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas (AC Minas)



**“Os protestos são legítimos como uma manifestação democrática de descontentamento com uma situação generalizada no Brasil. A nação está se despertando e é altamente emocionante ver isso de perto”**

**Herbert Carneiro,**  
presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)